

# Sarney alerta contra casuísmo

CORREIO BRAZILIENSE 23 JUN 1989

O presidente José Sarney, através do porta-voz do Governo, Carlos Henrique Almeida Santos, reafirmou ontem sua posição favorável ao presidencialismo, estabelecido na Constituição vigente, e esclareceu os seguintes pontos:

"1. Depois de todos esses anos, quase 30, quando temos regras claras e definidas para as eleições presidenciais, que representarão a conclusão do processo de transição, deve-se respeitar as normas fixadas e não tentar alterações na última hora".

"2. A própria Constituinte estabeleceu prazo de cinco anos para a revisão do texto constitucional".

"3. Se ainda assim a maioria qualificada do Congresso Nacional entender de promover altera-

ções no texto constitucional, o Presidente, como tem sempre feito, cumprirá a Constituição".

## SEGUNDO PLANO

Uma fonte credenciada do Palácio do Planalto afirmou que a questão do parlamentarismo "está em segundo plano nas preocupações do Governo, como deveria estar nas dos políticos responsáveis, uma vez que a Nação, como bem colocou o ex-presidente Jânio Quadros, está diante de um impasse constitucional". Na opinião dessa fonte, isso não significa que o País esteja à beira de um golpe, mas sim que os rumos serão imprevisíveis na hipótese de a inflação continuar ascendente e os conflitos se agravarem, "embora o Presidente esteja obstina-

do a levar o barco ao porto da democracia".

Ainda com base na análise desta fonte, existe um estado de perplexidade em toda a Nação, mas já as dificuldades começam a ser compreendidas pelas cabeças pensantes do Congresso Nacional, pelos formuladores políticos que já sinalizaram ao Governo que estão à espera de alguma coisa, medidas na área financeira, econômica e social. E que agora já não serão recebidas com má vontade e radicalismo, mas "com a ótica rósea de Pangloss".

A expectativa do Governo, portanto, é de que a partir de agora a Nação viva um clima de serenidade e colaboração, que se estabeleça uma trégua na qual os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — busquem solu-

ções para os seus problemas de forma a superar o impasse no qual o País se encontra.

"Na verdade, Governo, Congresso e Judiciário têm que estabelecer uma convivência harmônica. Isso não significa que não possam haver divergências, pontos de vista conflitantes, mas sim que o respeito mútuo seja mantido, pois esta é uma pré-condição para a sobrevivência do regime democrático", considerou o mesmo assessor, que concluiu indagando:

"De que adianta radicalizar ainda mais, se essa situação fará, apenas, com que todos construam as próprias sepulturas? Por que não utilizarmos o talento que existe em ambos os lados, a boa vontade e, principalmente, o nacionalismo"?